

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.630.841 - MG
(2019/0359296-7)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : JOAO BATISTA DA SILVA
ADVOGADOS : THAIS MENDES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - MG123663
MOHARA FERNANDA DE ALMEIDA GOMES - MG171224
SABRINE CRISTIANE RODRIGUES DE MELO - MG188227
EMBARGADO : GILBERTO DE SOUZA LEITE E ADVOGADOS ASSOCIADOS
S/C
ADVOGADO : GILBERTO DE SOUZA LEITE - MG041974

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JOÃO BATISTA DA SILVA em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante a ocorrência de omissão e contradição quanto à incidência da Súmula n. 7/STJ na análise da inexistência de título líquido, certo e exigível.

Ainda aponta que "tanto no presente agravo em recurso especial como no próprio recurso especial, a violação ao § 2º do art. 22 do Estatuto da OAB (Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994) não somente é citada, mas também exaustivamente descrita, conforme reescreveremos a seguir: [...]" (fl. 308).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira omissão apontada, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Com efeito, a averiguação, no caso, a respeito da existência de título líquido,

certo e exigível necessariamente leva ao reexame do substrato fático-probatório dos autos, bem como de cláusulas contratuais, o que reforça a incidência das Súmulas n. 7 e 5/STJ.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Contudo, com relação ao segundo ponto apontado como omissivo, a respeito da proporcionalidade dos honorários advocatícios, de fato a parte apontou como contrariado o art. 22 da Lei n. 8.906/94, oportunidade em que a afastada a aplicação da Súmula n. 284/STF.

A despeito disso, o recurso não merece guarida, conforme se verificará.

Sobre o tema, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

“Ocorre que não cuidam os autos de simples caso em que há um contrato de prestação de serviços, com estipulação de honorários de advogado, a serem apurados ao final, que foi rescindido unilateralmente pelo cliente, de forma imotivada, no curso da ação, caso em que o contrato realmente não constitui título executivo, em razão da ausência de liquidez, até porque, em casos tais, há que se calcular ditos honorários de forma proporcional aos serviços prestados, o que deve ser aferido em ação própria, de conhecimento e com produção de provas, para posterior arbitramento do valor efetivamente devido.

Ora, no caso dos autos, o contrato (documento de ordem 19) contém previsão expressa, em sua cláusula quinta, que os honorários de advogado serão integralmente devidos no caso de desistência.

Essa desistência, à evidência, deve ser entendida como desistência dos trabalhos do advogado, ou seja, de revogação ou cassação de seu mandato.

A par disso, a cláusula um do contrato prevê que os honorários serão de 8% (oito por cento) do proveito econômico obtido pelo cliente, no caso, a parte recorrida” (fls. 213/214).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta

Superior Tribunal de Justiça

Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, **acolho em parte os embargos de declaração, sem efeitos modificativos**, tão-somente para sanar a aludida omissão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente